

Mônica Vianna (esq.), Sabrina Rezende e Patrícia Marques, titular do setor: dedicação à Auditoria Interna e à organização do encontro nacional

O titular da Unidade de Auditoria Operacional e Governança do Conselho da Justiça Federal, Paulo Alves, abordou o "Modelo das 3 linhas: onde o Controle Interno se encaixa". Alves propôs ao público uma reflexão acerca do significado de controle interno, que segundo ele, deve ser feita antes de aplicá-lo ao Modelo e a Lei de Licitações.

A partir dessa proposta, ele detalhou o significado entre os conceitos de controle interno da gestão, unidade de controle interno e unidade de auditoria interna, estabelecendo suas funções. "O controle interno é fruto do gerenciamento de riscos, mas não cabe à auditoria interna estabelecer controles para esse gerenciamento. O papel da auditoria interna é avaliar se o sistema de gestão está funcionando corretamente", explicou.

A parte da tarde dos dois primeiros dias do encontro foi voltada para a discussão dos temas apresentados pela manhã, trabalho essencial para a elaboração do documento. Os grupos de debate tiveram a participação do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) e representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Sebastião Ranna, e do gerente financeiro e representante técnico do IRB, José Wesmey.

Requisitos Mínimos das Auditorias Internas

Na palestra de abertura do encontro, o conselheiro-substituto do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) Antônio Ed Souza Santana, abordou o tema "Requisitos mínimos de implantação e funcionamento das Auditorias Internas". Em sua explanação, o conselheiro reforçou que as auditorias internas são um processo fundamental entre as atribuições do controle interno e precisam obedecer a um padrão de qualidade: "É a partir da realização das auditorias que o controle interno poderá oferecer benefícios. Sem transparência, participação social e controles bem estruturados, não há como contribuir para a sociedade".

Ainda no primeiro dia do evento, a diretora de Auditoria Financeira da Gestão Previdenciária da União do TCU, Alessandra Pereira de Melo, discorreu sobre "Auditoria Financeira aplicada ao setor público" e apresentou os conceitos de avaliação de risco, relevância e materialidade, sendo que os dois últimos variam de acordo com a entidade em que estão sendo aplicados. A diretora finalizou sua apresentação esclarecendo que "o objetivo



Parte do evento foi dedicada ao debate dos temas abordados nas palestras



O ministro do TCU Benjamin Zymler abordou os benefícios do fortalecimento dos mecanismos de auditoria, integridade e gestão de risco

das auditorias fiscais não é necessariamente detectar fraudes, mas emitir opiniões sobre as demonstrações contábeis de uma instituição".

O primeiro dia do encontro foi encerrado pelo auditor federal de Controle Externo do TCU Renilson Barbosa dos Santos. Na palestra "Auditoria Financeira nos Demonstrativos Contábeis dos Tribunais de Contas", ele compartilhou a experiência do Tribunal de Contas da União com as auditorias internas. Renilson destacou o acórdão 3608/2014, que elenca as boas práticas na auditoria financeira de acordo com o Banco Mundial. Segundo o auditor, o papel principal das auditorias financeiras é "assegurar que a legalidade seja atestada em todos os aspectos relevantes da administração pública".

Prestigiaram o encontro das auditorias internas o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do TCE-ES Rodrigo Coelho do Carmo; o conselheiro e corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), Fernando de Castro Ribeiro; a conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) Flora Rodrigues; o conselheiro-substituto do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ) Dicler Ferreira, representando a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (AUDICON) e o procurador-geral do TCE-RJ, Sérgio Cavalieri Filho.

Maio: mês de Conscientização da Auditoria Interna

Maio é o Mês Internacional de Conscientização Profissional da Auditoria Interna. Todos os anos, durante o mês, o The Institute of Internal Auditors (IIA) incentiva profissionais, departamentos e institutos de todo o mundo a promoverem ativamente o valor da profissão de auditor. Sediada na Flórida, nos Estados Unidos, o IIA é uma organização profissional que atua desde 1941 para desenvolver a condição profissional da auditoria interna.

A campanha de conscientização pode ser acompanhada pelas redes sociais nos perfis dos IIAs, além de ser possível participar usando a hashtag #IIAMAY e #IIA-Brasil. Anualmente, os Institutos de Auditoria Interna espalhados pelo mundo, filiados ao IIA e que participam da campanha, concorrem ao Prêmio Internacional do Mês de Conscientização da Auditoria Interna.

As empresas premiadas em 2022 serão homenageadas durante o 42º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai 2022), que ocorrerá de 11 a 13 de setembro. Além disso, as vencedoras receberão um selo exclusivo do IIA Brasil e uma premiação de reconhecimento.

A titular da Auditoria Interna do TCE-RJ, Patrícia Marques, ressalta a importância da iniciativa. "Essa campanha proporcionou ao profissional de Auditoria Interna visibilidade e credibilidade dentro da instituição. Também impulsionou, dessa forma, uma mudança de cultura organizacional, pois esse especialista passa a ser visto como responsável pela adição de valor e não como mero executor de atividades procedimentais, descuradas de um valoroso propósito".

Até o fim deste ano, a Auditoria Interna revisitará os normativos internos da área, de forma a alinhar sua atuação com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. Outra ação é a revisão das Demonstrações Contábeis do TCE-RJ e do Fundo Especial de Modernização do Controle Externo (FEM/TCE-RJ), visto que a confiança e a transparência das demonstrações financeiras constituem a base elementar de credibilidade das instituições.